



## **ANEXO XX - MINUTA DE CONTRATO DE COMPRA N.º XX/XXXX**

O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, por intermédio da PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, órgão administrativo do MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, inscrito no CNPJ sob n.º 93.802.833/0001-57, com sede nesta Capital, na Rua General Andrade Neves, n.º 106, Centro, CEP n.º 90.010-210, por seu representante legal, o Diretor-Geral, como CONTRATANTE, e XXX XXXXXXXXXXXX XX, inscrita no CNPJ sob n.º XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com sede em XXXXX/XX, na XXX XXXXXXX XXXX, n.º XXX, bairro XXXXXXX XXXX, CEP n.º XX.XXX-XXX, telefone (XX) XXXX XXXX, e-mail: xxxxxxxxx@xxxxxxxx.xx.xx, por seu representante, xxxxxx (nome), xxxx (função), conforme xxxx (ato constitutivo da empresa ou procuração juntada aos autos), como CONTRATADA, celebram o presente CONTRATO DE COMPRA, decorrente do ....(tipo de licitação/contratação direta)... n.º XXX/XXXX, Procedimento nº 00686.000.054/2025, regendo-se pela Lei 14.133/2021, pelas Leis Estaduais n.º 13.706/2011 e n.º 15.228/2018, e pelos Provimentos PGJ/RS n.ºs 03, 05, 06, 07, 08 e 104/2023, e demais legislações aplicáveis, bem como pelo Termo de Referência e proposta apresentada pela CONTRATADA, os quais são parte integrante deste Instrumento, nos seguintes termos e condições:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O objeto do presente contrato é a Aquisição de 02 (dois) equipamentos servidores de rede, licença de uso do Windows Server 2025 Standard SKU EP2-25182, serviço de instalação dos equipamentos e garantia de 60 meses, conforme especificado na tabela abaixo e nos termos e condições constantes neste Termo de Referência (TR).



ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE MEDIDA	DE QUANTIDADE
1	Servidor de Rede com 60 meses de garantia	UND	02
2	Serviços de Instalação	UND	01
3	Licença de uso para Windows Server 2025 Standard SKU EP2-25182	UND	02

## CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

As especificações e características do objeto encontram-se descritas nos itens 2 e 4 do Termo de Referência.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 O valor total do presente contrato é de R\$ XXX (XXXXXXXXX), com os seguintes valores unitários:

ITEM	DESCRIÇÃO	Qtd.	Valor unitário
1	Servidor de Rede com 60 meses de garantia	02	
2	Serviços de Instalação	01	
3	Licença de uso para Windows Server 2025 Standard SKU EP2-25182	02	

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro, instalação e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.



## **CLÁUSULA QUARTA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

Não será exigida garantia de execução do contrato, mas o CONTRATANTE poderá reter do montante a pagar, cautelar ou definitivamente, valores para assegurar o pagamento de multas, indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA.

## **CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO**

5.1 Não será exigida prova do material.

5.2 Os bens deverão possuir qualidade mínima que viabilize seu perfeito e completo uso pelo CONTRATANTE.

5.3 Não serão aceitos bens se não atenderem fielmente às especificações técnicas solicitadas, exceto com configurações superiores e devidamente aprovadas pela área técnica responsável do CONTRATANTE.

5.4 Será emitida Ordem de fornecimento e enviada à CONTRATADA, após o início da vigência do contrato, para determinar o início do prazo de entrega, bem como outras informações pertinentes ao objeto e à entrega.

5.5 Os equipamentos e a Licença de uso para Windows Server 2025 Standard SKU EP2-25182 (Itens 1 e 3 do objeto) deverão ser entregues em até 60 dias após recebimento da Ordem de fornecimento.

5.6 O objeto deverá ser entregue na Rua Santana, 440, Prédio B, 4º andar, bairro Santana, Porto Alegre, de segunda a sexta-feira, das 9h às 17h e deverá ser agendada, previamente, com antecedência mínima de dois dias, pelo telefone (51) 3295-8730



5.7 O objeto será recebido da seguinte forma:

a) **provisoriamente**, até 5 (cinco) dias após a entrega dos itens 1 e 3 do objeto, para posterior verificação de sua conformidade com as especificações;

a.1) O Serviço de instalação deverá ser concluído em até 30 (trinta) dias, a contar do recebimento provisório, com a expedição do documento correspondente em que conste a data da sua realização.

b) **definitivamente**, em até 15 (quinze) dias, após a conclusão da instalação, depois da verificação da sua conformidade com os itens do Edital.

5.8 Caso não esteja de acordo com o exigido, o bem será devolvido à CONTRATADA, que terá o prazo de 30 (trinta) dias para providenciar sua substituição, a contar da notificação do CONTRATANTE.

5.9 O recebimento provisório e definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

## **CLÁUSULA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

6.1 É vedada a subcontratação.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DA GARANTIA CONTRATUAL**



7.1 A garantia contratual do objeto, complementar à estabelecida pela Lei 8.078 /90 – Código de Defesa do Consumidor, compreenderá, no mínimo:

a) Identificação de problemas responsáveis pelo mau funcionamento da solução, sejam eles em equipamentos, componentes, peças, materiais ou softwares/firmwares;

b) Reposição de equipamentos, componentes, peças e materiais defeituosos dos produtos cobertos pelo contrato; os equipamentos, componentes, peças ou materiais de reposição, utilizados na manutenção corretiva, deverão ser novos e de primeiro uso, originais do fabricante e de qualidade e características técnicas iguais ou superiores aos existentes no equipamento, desde que compatíveis, com todas as atualizações e configurações necessárias ao seu funcionamento.

c) Fornecimento, até o final da garantia do equipamento e sem ônus adicional para a CONTRATANTE, de atualizações corretivas e evolutivas de software e firmwares que sejam disponibilizadas pelo fabricante dos produtos, bem como as respectivas licenças de uso;

d) Atendimento de chamados referentes a dúvidas técnicas sobre a administração, uso, operação, configuração e resolução de problemas nos equipamentos e softwares licitados.

7.2 A solução de servidores deverá ter garantia do fabricante pelo período mínimo de 60 (sessenta) meses contados a partir do recebimento definitivo dos equipamentos.

7.2.1 A garantia abrange os defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, acondicionamento, transporte, desgaste prematuro, ou quaisquer falhas, envolvendo, obrigatoriamente, a substituição de equipamentos, peças



ou componentes, inclusive de baterias, além da resolução de dúvidas técnicas do CONTRATANTE referentes à solução contratada.

7.2.2 Os serviços de garantia serão solicitados através de abertura de chamado na central de atendimento do fornecedor ou fabricante.

7.2.3 O fornecedor ou fabricante deverá fornecer um número de registro para acompanhamento do chamado e no encerramento do atendimento técnico, deverá fornecer também um relatório do atendimento.

7.2.4 Deverão ser disponibilizados os updates e patches de todos os softwares e firmwares fornecidos através de site para atualização até o final da garantia do equipamento.

7.2.5 O serviço de garantia será prestado "on-site", isto é, nas dependências do Ministério Público do Rio Grande do Sul, na cidade de Porto Alegre, RS.

7.2.6 Não haverá cobrança adicional para a execução dos serviços de garantia; seus valores estão incluídos no preço ofertado para os produtos adquiridos.

7.2.7 Todos os equipamentos que compõem as Soluções deverão possuir garantia pelo prazo de 60 (sessenta) meses, a contar da data da emissão do seu respectivo Termo de Recebimento Definitivo, mediante o registro da garantia entregue junto ao fabricante.

a) Deverá ser possível a verificação do registro da garantia do equipamento no "Site" do fabricante ou efetuada a entrega de documento do fabricante certificando o registro da garantia, o qual estará sujeito à diligência para verificação.



b) Os serviços serão executados pelo fabricante, pela CONTRATADA, ou por empresa de Assistência Técnica autorizada pelo fabricante.

b.1 Caso os serviços não sejam prestados pelo fabricante da solução, deverá ser apresentada comprovação de que a CONTRATADA, ou a empresa por ela designada, é autorizada a prestar serviços de manutenção nos equipamentos componentes da solução ofertada.

7.2.8 Os serviços de garantia deverão ser prestados por técnico certificado pelo fabricante para executar atividades compatíveis com as exigidas.

7.2.9 Os serviços de garantia serão solicitados mediante a abertura de chamado efetuado por técnicos do CONTRATANTE, via chamada telefônica local, DDD a cobrar ou DDG (0800), com atendimentos obrigatoriamente na língua portuguesa, ou por e-mail, ou por formulário próprio na Internet, a qualquer hora do dia e em qualquer dia da semana, inclusive sábados, domingos e feriados durante todos os dias do ano (24x7x365).

a) Os telefones, e-mails e páginas da Internet, a serem utilizados para a abertura dos chamados, deverão ser informados formalmente pela CONTRATADA no ato da assinatura do contrato, devendo este documento ser adicionado ao processo.

b) A CONTRATADA deverá comunicar formalmente ao CONTRATANTE, previamente e por escrito, as eventuais alterações dos meios utilizados para abertura de chamados, devendo este documento ser adicionado ao processo.

7.2.10 O prazo de solução de problemas nos equipamentos em garantia, a contar da abertura do chamado, será de:



a. **6 horas corridas para os casos de criticidade alta**, onde o problema causa perda ou paralisação total dos serviços de TIC. O trabalho não pode ter uma sequência razoável, a operação passa a ser crítica para o negócio e a situação constitui-se em uma emergência.

b. 12 horas corridas para os casos de criticidade média, onde o problema causa uma grave redução da funcionalidade e/ou do desempenho dos serviços de TIC. Não existe nenhuma alternativa aceitável, mas as operações podem continuar ainda que de modo restrito.

c. NBD (next business day) para os casos de criticidade baixa, onde o problema causa uma redução menor da funcionalidade ou do desempenho dos serviços de TIC. O impacto constitui uma inconveniência que exige uma alternativa para restaurar a funcionalidade ou o desempenho.

d. Se solicitado pelo CONTRATANTE, ao final do atendimento, deverá ser fornecido relatório de atendimento técnico contendo, no mínimo:

- i. Identificação do chamado (número);
- ii. Data e hora de abertura;
- iii. Data e hora de chegada do técnico;
- iv. Data e hora do término do atendimento;
- v. Identificação do técnico designado;
- vi. Descrição do problema;
- vii. Descrição das providências adotadas;





viii. Descrição de eventuais pendências;

ix. Outras informações pertinentes ao atendimento;

7.2.11 No caso de inviabilidade técnica ou econômica de reparo do equipamento e/ou componentes, a CONTRATADA deverá promover a sua substituição, em caráter definitivo, por outro de mesmas características técnicas e em perfeito estado de funcionamento, sem que isto implique ônus adicional, inclusive despesas de envio e coleta, para o CONTRATANTE.

a. A substituição definitiva será admitida a critério do CONTRATANTE, após avaliação técnica quanto às características e condições de uso do equipamento ofertado, em relação ao que será substituído.

## **CLÁUSULA OITAVA – DO DOCUMENTO FISCAL E DO PAGAMENTO**

8.1 O documento fiscal deverá ser apresentado no ato da entrega provisória dos bens.

8.1.1 Somente será aceita Nota Fiscal Eletrônica, conforme Protocolo ICMS 42 /09, vigente desde 1º de dezembro de 2010 e incorporado ao Regulamento do ICMS do RS. Quaisquer dúvidas com relação à Nota Fiscal Eletrônica poderão ser encaminhadas ao e-mail: *nfe@sefaz.rs*.

8.1.2 O documento fiscal deverá ser encaminhado para o e-mail *nf-adi@mprs.mp.br*, aos cuidados da Unidade de Apoio Administrativo - Informática, telefone: (51) 3295-8311.



8.1.3. A data do documento fiscal deve ser posterior à Ordem de Fornecimento expedida.

8.1.4 O documento fiscal deverá destacar os impostos objeto de retenção.

8.1.5 Não será recebido/protocolado o documento fiscal no período de 20/12 a 06/01 (período de recesso, se houver) ou em dias em que não houver expediente no órgão.

8.2 Caso a CONTRATADA opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto do constante do contrato, deverá comprovar a regularidade fiscal tanto do estabelecimento contratado como do estabelecimento que efetivamente executar o objeto, por ocasião dos pagamentos.

8.3 Quando o documento fiscal for de estabelecimento localizado fora do Estado, será exigida também certidão negativa relativa à Regularidade Fiscal junto à Fazenda Estadual do Rio Grande do Sul, independente da localização da sede ou filial da CONTRATADA.

8.4 O pagamento dar-se-á no 15º (décimo quinto) dia após o recebimento definitivo do objeto.

8.5 O pagamento será efetuado por meio de depósito, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA e todas as despesas decorrentes de impostos, taxas, contribuições ou outras serão por ela suportadas.



8.6 Havendo erro na apresentação do documento fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE.

8.7 Haverá, se for o caso, a retenção de tributos na forma da legislação em vigor.

8.8 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, podendo o CONTRATANTE reter do valor da fatura a importância devida, até a regularização de suas obrigações contratuais.

8.9 O CONTRATANTE poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à CONTRATADA, valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

## **CLÁUSULA NONA - DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA**

O valor do presente contrato não pago na data prevista neste ajuste deverá ser atualizado monetariamente entre as datas prevista e efetiva do pagamento, de acordo a variação *pro rata die* do IPCA.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - DO REAJUSTAMENTO**

10.1 Os preços serão reajustados na proporção da variação do Índice de Preços ao Consumidor IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –



IBGE, observado o interregno mínimo de um ano do orçamento estimado, datado de xx/xx/xxxx.

10.1.1 Considera-se data do orçamento estimado, nos termos do Provimento 104/2023-PGJ, a data da validação do Mapa de Preços pela área solicitante, ainda na fase preparatória, ou pelo agente de contratação, na fase de seleção do fornecedor.

10.2 O reajuste incide apenas sobre as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

10.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

10.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

10.5 O reajuste, ou sua negociação, serão processados por apostilamento.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

11.1 Constitui direito do CONTRATANTE receber o objeto deste contrato nas condições avençadas; e da CONTRATADA receber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

11.2 Constituem obrigações do CONTRATANTE:



a) acompanhar e exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado

b) receber o objeto e efetuar o pagamento ajustado, nas condições e nos prazos estabelecidos, desde que devidamente cumpridas as obrigações da CONTRATADA;

c) fornecer à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato;

d) fiscalizar a execução do presente contrato;

e) notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto, bem como a providência e o prazo para a reparação;

f) abrir procedimento de penalidade para apurar eventuais irregularidades;

g) emitir manifestação e/ou decisão acerca de todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, no prazo de 1 (um) mês, podendo ser justificada sua prorrogação por igual período, inclusive no que se refere a pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, protelatórios ou contrários à boa execução do contrato

### 11.3 Constituem obrigações da CONTRATADA:

a) entregar o objeto da contratação na forma ajustada e de acordo com as especificações do Termo de Referência;



b) manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comunicando imediatamente ao CONTRATANTE toda e qualquer alteração que venha a ocorrer em relação a essas exigências;

c) assumir inteira responsabilidade pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais decorrentes da execução do ajuste;

d) apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor pertinente ao objeto e às obrigações assumidas, bem como encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

e) permitir a fiscalização pelo CONTRATANTE e atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal, gestor do contrato ou autoridade superior;

f) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE;

g) não transferir a outrem, no todo ou em parte, os compromissos avençados;

h) manter atualizado o contrato social, bem como seus dados, especialmente endereço, telefone e email, durante toda a vigência do ajuste, devendo comunicar imediatamente qualquer alteração;

i) cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou



para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

j) comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

k) guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

l) arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento da sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

m) não manter, durante toda a execução do contrato, direta ou indiretamente, vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul ou com agente público que desempenhou função na licitação/contratação ou que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, os termos do disposto no artigo 14, inciso IV, da Lei Federal n.º 14.133/2021;

n) não possuir, durante toda a execução do contrato, no quadro societário, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, ou de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e



assessoramento, vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação/contratação no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do artigo 3º, inciso II, da Resolução CNMP n.º 37/2009 (com redação dada pela Resolução CNMP n.º 172/2017);

o) manter preposto aceito pela Administração.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no artigo 124 da Lei 14.133 /2021, desde que haja interesse do CONTRATANTE, mediante a devida motivação.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA**

13.1 O presente contrato entrará em vigor no dia útil seguinte ao da disponibilização do extrato resumido no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul e perdurará pelo período de 12 (doze) meses.

13.2 O prazo previsto nesta cláusula não será prorrogado.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES**

14.1 Sem prejuízo da faculdade de rescisão contratual, o CONTRATANTE poderá aplicar sanções de natureza moratória e punitiva em desfavor da CONTRATADA, diante do não cumprimento das cláusulas contratuais.





14.2 A CONTRATADA, garantida a ampla defesa, ficará sujeita à multa de 0,5% (meio por cento) sobre a parcela inadimplida por hora/dia de atraso, até o máximo de 20 horas/dias, situação que poderá caracterizar inexecução parcial do contrato.

14.3 O descumprimento total ou parcial das obrigações estabelecidas neste contrato sujeitará a CONTRATADA às seguintes penalidades, nos termos dos art. 155 e 156 da Lei 14.133/2021, garantida a ampla defesa:

a) advertência, por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o CONTRATANTE;

b) multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, sem prejuízo das demais penalidades legais;

c) impedimento de licitar e contratar por até 03 (três) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

14.4 A multa poderá ser aplicada isolada ou cumulativamente, limitada a 30% (trinta por cento);

14.5 A multa compensatória dobrará em caso de reincidência, limitada, igualmente, a 30% (trinta por cento), sem prejuízo da cobrança de perdas e danos que venham a ser causados ao interesse público e da possibilidade da rescisão contratual.

14.6 As penalidades previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso de multa, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, garantida a ampla defesa e o contraditório.



14.7 A aplicação de sanções não exime a CONTRATADA da obrigação de reparar os danos, perdas ou prejuízos que venha a causar ao CONTRATANTE.

14.8 O valor da multa poderá ser descontado da fatura devida à CONTRATADA, cautelar ou definitivamente, antes do encaminhamento à cobrança judicial.

14.9 O procedimento de penalização realizar-se em procedimento administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa da CONTRATADA e seguirá o rito, prazos e disposições da Lei 14.133/2021, Título IV, Capítulo I, bem como do Provimento PGJ nº 104/2023-PGJ.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA EXTINÇÃO**

15.1 A extinção do presente contrato poderá se dar por ato unilateral ou consensual, nos termos do artigo 138, inc. I e II, da Lei 14.133/2021.

15.2 A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada e reduzidas a termo no respectivo processo.

15.3 No caso de rescisão provocada por inadimplemento da CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS VEDAÇÕES**



É vedado à CONTRATADA:

- a) caucionar ou utilizar este contrato para qualquer operação financeira;
- b) interromper a execução contratual sob a alegação de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

17.1 A CONTRATADA declara, expressamente, que tem pleno conhecimento do objeto deste contrato, bem como do seu regime de fornecimento.

17.2 Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA de suas responsabilidades, nem implicará aceitação definitiva do objeto.

17.3 Qualquer tolerância do CONTRATANTE, quanto a eventuais infrações contratuais, não implicará renúncia a direitos e não pode ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

17.4 Todas as comunicações relativas ao presente contrato serão consideradas como regularmente feitas, por meio de correspondência eletrônica e, se restar infrutífera, por ofício entregue na sede da CONTRATADA ou, subsidiariamente, por meio de publicação da notificação no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul para todos os fins contratuais e legais.

17.5 Os dias e prazos previstos no presente contrato somente se iniciam ou se vencem em dias de expediente no órgão.



17.6 Considerando a necessidade de publicidade e transparência dos atos praticados pela Administração Pública, bem como, de outra parte, as restrições impostas pela Lei Geral de Proteção de dados, o Ministério Público somente exige para a formalização e execução da contratação os documentos e dados minimamente necessários.

17.7 Todos os dados e documentos apresentados e/ou exigidos para a contratação serão disponibilizados integralmente para consulta no site do Ministério Público e, em alguns casos, em Portais Públicos.

17.8 A apresentação de documentos fora daqueles exigidos são de responsabilidade da própria CONTRATADA, porquanto entregues por sua exclusiva liberalidade.

## **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

18.1 A designação do gestor, fiscal e seus substitutos será determinada por meio de termo a ser publicado no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.

18.2 As providências e atribuições dos agentes designados seguirão as diretrizes do Provimento nº 05/2023-PGJ.

## **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**MINISTÉRIO PÚBLICO**

UNIDADE DE ASSESSORAMENTO JURÍDICO

Procedimento nº **00686.000.054/2025** — Procedimento de Gestão Administrativa

---

As despesas correrão por conta do Órgão XXXX, Recurso XXXX, Projeto XXXX, NAD XXXXX, Rubrica XXXX.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

### **CLAUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO**

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Alegre, neste Estado, para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pelo presente contrato.

E por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente eletronicamente.